



NOTAS CRÍTICAS

Karel Kosik e a superação da pseudoconcreticidade

Everton Werneck*

1 Introdução

O presente escrito que por ora iniciamos trata-se de uma breve reflexão em torno do conceito de “pseudoconcreticidade”, pertinente à obra *A dialética do concreto*, de autoria do filósofo tcheco Karel Kosik (1926-2003). Publicado pela primeira vez no ano de 1963, *A dialética do concreto* foi uma das principais obras do filósofo marxista, tornando-se um marco no campo marxista. Busca-se aqui realizar uma breve apreciação crítica do conceito de “pseudoconcreticidade”, sem, contudo, intentar o alcance de conclusões definitivas, mas sim contribuir para o estímulo do debate no âmbito da sociologia do conhecimento de inspiração marxista.

Ao longo deste trabalho, procurou-se correlacionar ou fazer “dialogarem” tal conceito em análise com outros tradicionais conceitos também de cariz marxista, a exemplo de “hegemonia”, “luta de classes”, “modo de produção” e “ideologia”. Desta forma, a “pseudoconcreticidade” foi (re) pensada nos limites da luta de classes e no seu papel perante a luta político-ideológica inerente à conflitiva e antagônica estrutura social capitalista.

Portanto, na primeira seção, como não poderia deixar de ser, tem lugar uma sucinta apresentação do conceito de “pseudoconcreticidade”; Na segunda seção, realiza-se uma reflexão acerca do hipotético lugar ocupado pela pseudoconcreticidade na luta político-ideológica travada em uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, como a capitalista; Já na terceira parte, o que se faz é levantar a questão sobre as consequências teórico-práticas da superação de uma determinada “pseudoconcreticidade” pelos conhecimentos científico ou filosófico; Por fim, nas considerações finais, após relembrar o papel da “pseudoconcreticidade” para a luta político-ideológica, pensa-se numa hipotética transição a um novo modo de produção, comunista, nos moldes pensados por K. Marx, qual seria o destino da pseudoconcreticidade: estaria fadada a perecer, assim como os antagonismos de classe e a estrutura social alienante próprios do capitalismo?

* Bacharel e licenciado pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); professor de Sociologia na rede estadual de educação do Rio de Janeiro. evertonwerneck@ig.com.br

2 O conceito de pseudoconcreticidade

No livro *A Dialética do concreto*, Karel Kosik (1976) se debruça sobre a tarefa de uma reflexão filosófica acerca da realidade e das tentativas empreendidas pelos seres humanos de concebê-las. De roldão, Kosik consegue tocar diversos outros temas e assuntos, a um só tempo, polêmicos e interessantes, tais como: o lugar ocupado pela ciência e pelo cientista no mundo, ou seja, nessa suposta realidade; o que seria o senso comum, seu fundamento; as implicações práticas de cada maneira de conceber o real; o papel do conhecimento no processo de transformação social.

Logo a partir das primeiras linhas percebe-se a vinculação do autor ao materialismo histórico, corrente filosófica que tem em Karl Marx a sua principal referência. Com efeito, a obra intitulada *A Ideologia Alemã* (Marx, 1982), um dos clássicos marxianos, parece ser aquela que aborda de forma mais detida a questão do conhecimento sobre a realidade, ideologias e maneiras de pensar e conceber o mundo, presentes e dominantes em cada momento histórico.

Para Marx, cada ideologia, cada teoria, cada forma de pensamento que se fez hegemônica nesta ou naquela época vivida pelos homens estaria em acordo ou intimamente ligada às condições materiais de então, ou (para sermos mais específicos e fiéis às teorizações marxianas) antes às relações de produção dominantes e concomitantes estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Isto porque, para Marx, o homem necessita, antes de qualquer outra coisa, forjar a sua sobrevivência cotidiana através da práxis do dia-a-dia, por isto restando à atividade especulativa da produção de ideias um lugar relativamente secundário e derivado, na medida em que tal atividade reflexiva traz consigo toda uma carga de condicionantes oriunda das necessidades e experiências do mundo da práxis cotidiana.

Destarte, é exatamente neste mundo da práxis, do cotidiano, da vida material, que Kosik localiza o seu conceito de “pseudoconcreticidade”. Nesse mundo da práxis, da vida cotidiana, os homens necessitam (e assim o fazem) de representações e ideias de coisas e fatos que os circundam, sempre que assim se faça necessário em decorrência de contingenciamentos da vida prática. Quanto a isto, o próprio Kosik escreve o seguinte:

Os homens usam o dinheiro e com ele fazem as transações mais complicadas, sem ao menos saber, nem ser obrigados a saber, o que é o dinheiro. Por isso, a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade (p.10).

Diferente do que se poderia imaginar à primeira vista, o autor em análise não vê de forma negativa tais “representações comuns”, considerando-as tão so-

mente um dos momentos secundários à compreensão do fenômeno como um todo. Para Kosik (1976), essas referidas representações cotidianas refletiriam (nem sempre claramente), aspectos da aparência do fenômeno, porém não a sua essência. Segundo a concepção materialista, todo fenômeno constituiria uma unidade indivisível de aparência e essência, sendo que esta última, segundo Kosik (1976), requisitaria um “détour” para ser alcançada e compreendida pelos homens.

Seriam as ciências e a filosofia “caminhos” para o alcance de tal essência? Tudo indica que sim¹. Se ocorrer algo diferente, seja no sentido de tomar a aparência dos fenômenos como sua própria essência, seja no sentido de desprezar as chamadas “representações comuns”, considerando-as totalmente falsas e imprestáveis para a compreensão do fenômeno em sua plenitude, o conhecimento não se completa e a realidade não é alcançada; na primeira possibilidade tem lugar um processo de reificação e fetichização da realidade, subsumindo a essência dos fenômenos às representações de sua aparência que dela fazem os homens, eis o que Kosik (1976) chamou de “pseudoconcreticidade” (que, em outras palavras, poderíamos chamar “falso concreto” ou “falsa realidade”); em contrapartida, desqualificar a aparência dos fenômenos, considerando “verdadeira” apenas uma suposta essência dos mesmos, incorreria em um conhecimento incompleto e, portanto, não condizente com a realidade.” Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível” (Kosik, 1976. p.18).

3 Pseudoconcreticidade, hegemonia, luta de classes e conhecimento científico

Logo nas primeiras páginas de *A Dialética do concreto*, encontramos listada uma série de situações que, no entendimento do autor, seriam partes constituintes de um hipotético “mundo da pseudoconcreticidade”. Dentre elas, três chamavam-nos a atenção. Vejamos:

O mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da prática fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade); o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos da consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de um movimento; o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de serem condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens (p.11).

¹ Kosik (1976) trata disso na seção intitulada “Revolução espiritual e racional da realidade”. Nela, afirma ser toda a forma de pensamento místico uma espécie de “caminho mais rápido”, criado pelo homem, para o alcance da compreensão total dos fenômenos.

A leitura da obra em questão aguça nossa curiosidade intelectual em direção à possível articulação entre pseudoconcreticidade e política, para o que muito contribuiu os trechos acima destacados. Com efeito, a partir de tais leituras, emergem com força indagações acerca da manipulação dessa pseudoconcreticidade com fins político-ideológicos e culturais. Dito de outra forma, essa pseudoconcreticidade é, quase sempre, manipulada com a intenção de obter a hegemonia e a legitimidade necessárias à dominação desta ou daquela classe ou fração de classe, deste ou daquele grupo político².

O ponto de vista por ora sustentado aqui acredita que, em uma sociedade como a do tipo capitalista, desigual, injusta e autoritária por natureza, além de ser ela estruturalmente alienante, conforme demonstrou Mészáros (2006), e, portanto, produtora dessa pseudoconcreticidade, a atitude de reduzir a realidade à sua aparência e, ao mesmo tempo, tomá-la como algo natural e imutável, independente da ação humana, acaba sendo cada vez mais incentivada por aqueles que detêm o poder, sobretudo em épocas “pós-modernas” como a que vivemos hoje, sociedades marcadas pela crise estrutural do modo de produção capitalista e todas as suas inevitáveis mazelas³. Por outro lado, o aprofundamento da crise do “sociometabolismo do capital” torna-se terreno fértil para outra forma de fetichização e manipulação, qual seja, dar às posições e interesses da classe dominante um “verniz” científico, objetivando legitimar as práticas e discursos dominantes. Isto já no século XIX foi percebido por Karl Marx, quando procedeu à crítica da economia política clássica, seus principais autores e obras. Quando de sua análise, Marx classificou aqueles economistas em dois tipos: uns, embora partidários da livre-iniciativa e do livre-mercado, ainda assim conseguiam produzir importantes contribuições ao conhecimento científico da realidade. Seriam os chamados “economistas clássicos”⁴, tais como Adam Smith e David Ricardo. Os outros seriam os ditos “economistas vulgares”, cientistas sem o menor compromisso com o desvelamento da essência dos fatos, capazes tão somente de (retomando Kosik) criar mais pseudoconcretidades ao atribuir ares “cientificistas” aos interesses e desejos das classes dominantes.

Esta rápida digressão sobre as concepções marxianas se justifica, repito, pela disseminação acentuada dessa “ciência vulgar” em uma época de crise social tal qual vivenciamos. Sob a égide da reestruturação capitalista (Alves, 2000),

2 A importância das ideologias e de todos os outros tipos de representações para a dominação de uma classe sobre outra classe social foi cabalmente demonstrada pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Vale a pena conferir em Coutinho (1985).

3 Netto (2007), dentre outros autores, afirma a crise estrutural que se abate sobre o mundo capitalista a partir da famosa crise da década de 1970. Para ele, não foi apenas o chamado socialismo real que entrou em crise nas últimas décadas do século XX, mas também o próprio capitalismo, constituindo o neoliberalismo uma tentativa (reacionária) de recuperação do último.

4 A respeito, ver Löwy (1994).

ganha espaço uma verdadeira contrarreforma (Behring, 2003) levada a cabo pelas classes dirigentes, estas últimas compelidas à retirar direitos duramente conquistados em séculos de lutas e mobilizações das classes subalternas frente à crise estrutural do sistema do capital⁵. Todavia, este processo de desconstrução de direitos precisa, inevitavelmente, de ser justificado e, com isto, ganhar a aquiescência dos próprios sujeitos desses direitos (as classes subalternas, vale lembrar). Eis aqui a entrada em ação da “ciência vulgar” e de sua própria pseudoconcreticidade, explicando e fazendo “racionais” e “neutras” medidas eminentemente políticas.

Entretanto, muitos, seja pelo compromisso com o conhecimento científico, seja por algum comprometimento ético, moral ou político com a transformação social, dedicam-se à tarefa da superação da pseudoconcreticidade, enxergando atrás da aparência dos fenômenos a sua essência. Seguindo a linha de raciocínio de Kosik (1976), isto significaria a superação ou destruição de uma pseudoconcreticidade, o entendimento ou captação da essência do fenômeno, compreendida em sua conexão com a aparência e das representações que dela comumente se faz.

Sem embargo, toda esta argumentação faz lembrar o célebre trabalho de Michel Löwy, intitulado “As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen” (já citado aqui alguns parágrafos acima). Nesse livro, o autor aborda a seguinte problematização: por que o conhecimento produzido a partir da ótica das classes dominadas poderia ser considerado como superior, melhor ou, para sermos fiéis ao que está sendo tratado aqui, em melhores condições para alcançar a essência dos fenômenos, ao passo que, pelas lentes da burguesia, a compreensão do fato como um todo estaria dificultado? Existiria uma hierarquização entre os distintos conhecimentos, cabendo a “verdade” em sua plenitude apenas a um deles?

A resposta contida em Löwy (1994) é afirmativa: a perspectiva de análise ancorada na no proletariado, em razão dos interesses desta classe encontrar-se em franca contradição com o modo de produção capitalista (a esta não interessando, pois, de forma alguma o mascaramento de suas contradições), permitiria um maior comprometimento com a busca pela verdade. Entretanto, ressalva Löwy (1994), à perspectiva proletária não estaria reservado “o monopólio da verdade”, sendo possível que, a partir de outras perspectivas de classe, também se produzam conhecimentos válidos acerca da realidade social, conforme atesta a existência dos chamados “economistas clássicos”.

5 A própria Behring (2003) aborda detidamente todo o trabalho ideológico e “pseudocientífico” de justificação teórica das contrarreformas levadas a cabo no governo FHC, uma ação de propaganda destinada a obter a aquiescência das massas, com especial papel desempenhado pela grande mídia.

Neste ponto iria mais além nas problematizações colocadas acima, pondo a seguinte questão: descrita e superada uma determinada pseudoconcreticidade, o que vem depois? O concreto, pronto e acabado, ou uma nova pseudoconcreticidade?

4 O momento pós-superação da pseudoconcreticidade

O presente subtítulo se propõe muito mais a levantar ideias para uma discussão profícua do que, simplesmente, expor e defender ideias e argumentos. Viu-se, ao final da parte anterior, que o marxismo considerou o ponto de vista “burguês” como sendo menos apto a alcançar a compreensão dos fatos como um todo, aparência, essência e as interconexões entre ambas, uma vez que tal condição de classe ofuscava a visão de determinados aspectos. Ainda referenciado na obra de Löwy (1994), o ponto de vista operário seria aquele que, em um modo de produção capitalista, estaria numa situação “privilegiada” para uma observação objetiva da realidade social capitalista. As demais perspectivas de classe estariam capacitadas a produzirem também conhecimentos científicos, mas não no grau possibilitado pela posição proletária, cujos interesses e aspirações estão em franca contradição com o status quo.

Ademais, continuando nesta linha de raciocínio, colocamos outra questão: descrita e superada certa pseudoconcreticidade, o que aconteceria depois? Neste ponto vale a pena citar o próprio Löwy (1994), quando escreve:

O proletariado, pelo contrário, não pode tomar o poder, transformar a sociedade e construir o socialismo senão por uma série de ações deliberadas e conscientes. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma condição necessária de sua prática revolucionária (p.208).

Nesse mesmo sentido parece caminhar Lênin quando afirma que “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário”⁶ e, contemporaneamente, Howtard (2003)⁷. Ao que tudo indica, e as passagens acima reforçam tal opinião, assim como o conhecimento tem suas raízes sociais, esse mesmo co-

6 Esta ideia perpassa todo o trabalho de Lênin intitulado “Que fazer?” Em sua obra, o revolucionário russo afirma e reafirma a necessidade da teoria para que o movimento “espontâneo” da classe trabalhadora (a natural luta por melhores salários e condições de trabalho ou, parafraseando, a luta “trade unionista”) alcance o patamar de um movimento consciente e com objetivos políticos e revolucionários definidos.

7 “As alternativas existem. Que sejam críveis não resta nenhuma dúvida. No fim das contas, sua realização está ligada à vontade de colocar em prática (...) existem forças sociais capazes de carregar projetos alternativos a curto e médio prazo?” (Howtard, 2003; p.398).

nhecimento também se mostra capaz de reagir sobre essa mesma realidade social, transformando-a.

De tudo isto inferimos que num processo intelectual de descrição e superação de uma determinada pseudoconcreticidade há a possibilidade de significativas alterações no mundo material da práxis- desde que haja condições políticas, ideológicas e culturais favoráveis a esta ou aquela mudança- a partir da revelação da essência de um fenômeno. Com efeito, outra conclusão proporcionada pelas reflexões acima dão conta de que a descrição e superação de certa pseudoconcreticidade levaria à constituição de uma nova pseudoconcreticidade.

Corroborando esta parcial conclusão, ainda que não diretamente, o próprio Kosik (1976), ao escrever que: “A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza”. (p.19). Nesta e em outras passagens, Kosik (1976) busca reforçar a ideia de que a realidade está e estará sempre em constante mutação, pois é fruto da *práxis* humana. Por isto, a pseudoconcreticidade nunca encontrará uma realidade pronta e acabada, o que significaria a reificação da realidade social, justamente o aspecto que se busca superar na pseudoconcreticidade.

5 Considerações finais: modo de produção, ideologia dominante e pseudoconcreticidade

Para começar esta secção, partimos da análise da seguinte passagem contida em “A dialética do concreto”:

A consciência comum se apropria dos resultados da filosofia e os considera como coisa sua. Mas, por não haver percorrido o caminho da filosofia e ter chegado às suas conclusões sem esforço, não as leva muito a sério e as trata como coisas óbvias [...] nessa obviedade, tudo aquilo que a filosofia tornara visível, claro e perceptível, volta a decair no anonimato e na obscuridade” (p.198).

Esse trecho do livro acima citado saltou-nos aos olhos e veio a se tornar uma espécie de chave para que pudéssemos compreender melhor as relações que se estabelecem entre o conhecimento filosófico ou científico e o senso comum, compartilhado pela grande maioria. Para ser breve, eis a hipótese aventada aqui: as revoluções burguesas (onde quer que elas tenham ocorrido), logicamente, conduziriam a burguesia ao posto de classe politicamente hegemônica e, lembrando Marx (1982), “as classes detentoras dos meios de produção terminam sendo, também, a detentora de um quase monopólio da produção de idéias”. Com efeito, e isto pensando na realidade social, a burguesia disseminou conhe-

cimentos científicos e filosóficos embebidos no liberalismo⁸, ação dada através de diferentes tipos de instituições sociais ou, melhor dizendo, através dos famosos “aparelhos ideológicos” tão bem estudados por Althusser (1992).

A importância de tudo o que foi escrito acima para a dominação política e econômica das classes dominantes já foi abordada numa parte anterior do presente trabalho. Não obstante, é, sem dúvida, indispensável voltar à questão da pseudoconcreticidade propriamente dita. Neste momento, se está argumentando que, a certa altura da história, a burguesia (então classe dominante) necessitou lidar com uma pseudoconcreticidade própria de uma realidade hierarquizada e autoritária como era o mundo absolutista, uma pseudoconcreticidade igualmente importante para a manutenção do *status quo* e da dominação de reis, nobres e clero. O que se está tentando afirmar é que as ciências e filosofias da época, sob a influência do liberalismo, também precisaram superar pseudoconcreticidades, isto sob o calor da luta de classes que, de acordo com Marx (1982b) constituiria o “motor da história”.

O próprio Löwy (1994) também aborda esse momento de ascensão da burguesia em luta contra as resistências do antigo modo de produção; de acordo com este autor, a burguesia necessitava bem menos de uma crítica objetiva da realidade social de então para alcançar seus objetivos revolucionários do que o proletariado necessita para obter a sua emancipação. Ainda segundo Löwy (1994), a burguesia, em seu processo de luta e superação do antigo mundo feudal, possuía interesses e aspirações particulares que, conscientemente ou não, precisava ocultar das massas populares. Assim, essa burguesia prescindia do alcance de uma verdade objetiva em absoluto, contando com um quê ideológico em suas proposições. Já o proletariado revolucionário, este sim teria no conhecimento o mais objetivo possível da realidade social uma de suas “armas mais afiadas” na luta de classes. Löwy (1994) explica que, por ser uma classe portadora de um projeto cujo fim maior residiria na supressão de todas as formas de dominação, o desaparecimento das classes sociais, nada teria a ocultar em seus propósitos revolucionários.

Praticamente tudo o que foi escrito nos parágrafos anteriores nos leva de volta às problematizações postas por Löwy (1994) e abordada neste trabalho algumas páginas atrás. Seguindo a linha de raciocínio proposta pelo marxismo, as contradições e antagonismos inerentes à sociedade dividida em classes sociais engendrariam conflitos de todo tipo e, em especial, à luta entre as duas principais classes antagônicas no modo de produção capitalista, qual seja, burguesia versus proletariado, dominantes versus dominados, respectivamente. O que te-

8 Exemplifica bem essa situação a crença de que cada um é o maior responsável pelos destinos de suas próprias vidas, seja pela “sorte” da riqueza, seja pelo “azar” da miséria. O cotidiano do senso comum, ao que tudo indica, absorveu, à sua maneira, tal pressuposto.

ria enquanto desdobramento provável a tomada do poder político pelo proletariado e a consequente socialização dos meios de produção, desaguando no soerguimento de uma nova sociedade, a sociedade comunista⁹.

Para aquele que foi reconhecido como autentico fundador do chamado “socialismo científico”, Karl Marx, apenas essa sociedade comunista seria capaz de superar a estrutura social altamente alienante produzida sob a hegemonia do capital, bem como por termo a todos os conflitos e antagonismos de classe. Dito isso, se impõe, a todos aqueles interessados na compreensão da realidade social, a questão a seguir: seria a pseudoconcreticidade fruto das condições sociais alienantes? Alcançada a pretensa sociedade comunista, livre destes “incômodos condicionantes”, desapareceria a pseudoconcreticidade junto com a citada “estrutura social altamente alienante” (ou alienada) ou ainda haveria lugar para a formação de uma nova pseudoconcreticidade?

Desde o inicio acreditamos no caráter permanentemente inacabado do processo de superação de uma pseudoconcreticidade, visto que a citada superação pode engendrar transformações significativas no mundo da práxis e este, a partir de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, onde predomina a alienação nos mais distintos aspectos da realidade social (política, economia, cultura, etc.)¹⁰, originar novos fenômenos com suas respectivas pseudoconcreticidades.

Entretanto, a pergunta que vem a mente é a seguinte: de acordo com o pensamento marxiano, a substituição revolucionária de uma sociedade capitalista por outro tipo de formação social, comunista, significaria o fim das condições alienantes da vida social, isto a partir da superação da propriedade privada pela coletiva, o fim das classes e seus conflitos, etc. Assim sendo, fica a seguinte pergunta: em termos de análise da realidade social, o estabelecimento do modo de produção comunista significaria também o fim das pseudoconcreticidades?

5 Referências

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 6ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1992.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo editorial, 2000.
- BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

9 Ver Marx (1982b).

10 Sobre os mais distintos aspectos da alienação (política, econômica, estética, etc.) ver Meszáros (2006).

- COUTINHO, Carlos N. **A dualidade de poderes**. Introdução à teoria do Estado e revolução. São Paulo. Brasiliense, 1985.
- HOWTART, François. “Os projetos e os níveis de alternativas”. In: **Mundialização das resistências**. O estado das lutas em 2003. Orgs.: Amin, S. e Howtart, F. Cortez editora, 2003.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5ª ed. revista. São Paulo. Cortez editora, 1994.
- MARX, Karl. A ideologia alemã. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982.
- _____. O manifesto comunista. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982b.
- _____. Teses sobre Feurbach. In: **Obras escolhidas**. Tomo I. Lisboa, edições Avante, 1982c.
- MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo, editora Boitempo, 2006.
- NETTO, José P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 4ª ed. São Paulo, Cortez editora, 2007.
- _____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7ª ed. São Paulo, Cortez editora, 2009.

Recebido em 22 de setembro de 2014

Aprovado em 06 de maio de 2015